

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

NAYARA APARECIDA ROSA

**AUXILIAR DE INCLUSÃO E SEUS DESAFIOS NO ÂMBITO ESCOLAR**

PONTA GROSSA  
2019

NAYARA APARECIDA ROSA

**AUXILIAR DE INCLUSÃO E SEUS DESAFIOS NO ÂMBITO ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do título de Licenciada em Educação, na Universidade Estadual de Ponta Grossa, na área de Ciências Humanas, Letras e Artes.

Orientadora: Profa. Dr.<sup>a</sup> Maria Isabel Moura Nascimento

PONTA GROSSA  
2019

NAYARA APARECIDA ROSA

AUXILIAR DE INCLUSÃO E SEUS DESAFIOS NO ÂMBITO ESCOLAR

Trabalho de conclusão de curso apresentado para obtenção do título de graduação  
na Universidade Estadual de Ponta Grossa, área de Licenciatura em Educação.

Ponta Grossa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Nome

Titulação – Instituição

Nome

Titulação – Instituição

Nome

Titulação – Instituição

Dedico esse trabalho à minha família que sempre me apoiou e estiveram ao meu lado, mesmo diante aos obstáculos, nunca deixou eu desistir.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em primeiro lugar a Deus, pela minha vida, pela sabedoria e por nunca fazer com que eu perdesse a fé.

Aos meus pais que sempre me deram o total apoio, sem o apoio deles, não estaria onde estou, pois sempre que pensei em desistir, foram eles que me deram forças para continuar.

Também à minha irmã, Gisele Cristina Rosa, que desde o início me incentivou, me ajudou, fazendo ter o pensamento positivo, sendo a minha inspiração.

As minhas amigas também, Alice e Ana Carolina, que sempre estiveram comigo nesse processo, onde vimos o sofrimento e a exaustão da outra, mas sempre mostrando o lado bom de estarmos todas as manhãs na sala de aula.

Aos professores do curso que nos mediaram, garantindo o ensinamento e nos tornando melhores, como pessoa e profissionais.

A minha orientadora Dr.<sup>a</sup> Maria Isabel que me ajudou, sendo sempre carinhosa e compreensível, dando total assistência para a conclusão do trabalho.

Obrigada a todos por fazerem parte dessa etapa tão sonhada, sem vocês, nada disso seria tão significativo.

A construção de uma realidade inclusiva passa pelo aprimoramento das relações sociais, pela compreensão de que o verdadeiro pensamento inclusivo é aquele que não categoriza as pessoas por ordem de valor, valor esse atribuído através de estereótipos, estigmas, conhecimentos instituídos; pensar inclusivamente é aprender a olhar cada pessoa e buscar nela seu valor real, construído nas relações cotidianas, nos seus sonhos e expectativas e nas suas ações concretas no mundo.

(Celina Camargo Bartalotti, 2006)

## RESUMO

A educação inclusiva no Brasil está assegurada por lei, e consiste em garantir que alunos com deficiência estejam inclusos em escola regular, em classes comuns, compreendendo que é preciso respeitar as diferenças de cada um, eliminando obstáculos que limitam a aprendizagem e participação do aluno com deficiência no processo de ensino-aprendizagem. Este trabalho tem como objetivo analisar o processo histórico da inclusão educacional e o papel dos auxiliares de inclusão, visto que o mesmo tem um papel essencial quando se refere ao aluno com necessidades especiais educacionais, e como objetivos específicos: investigar a situação da inclusão no ambiente escolar, identificar as necessidades formativas do auxiliar de inclusão e averiguar as dificuldades dos auxiliares de inclusão no processo de educação do sujeito. A metodologia da pesquisa é caracterizada por uma abordagem qualitativa, os dados foram coletados através de questionário semiaberto. Considerando que os auxiliares de inclusão, em muitos casos, atendem o aluno na instituição sem ter a mínima noção de como trabalhar com ele, pois: a escola não fornece a formação necessária, muitas vezes não se tem auxílio da coordenação pedagógica e também recursos para trabalhar com o mesmo, portanto, este trabalho traz os desafios que o auxiliar de inclusão enfrenta no contexto escolar para trabalhar com o aluno com necessidades educacionais especiais. O trabalho está organizado em três partes, sendo que a primeira retrata a inclusão no âmbito escolar, apresentando documentos como a Conferência Mundial de Educação para Todos, Jomtien (1990) e legislações, sendo uma delas a Lei de Diretrizes e Bases (1996) que asseguram o aluno com deficiência na escola de ensino regular. A segunda parte do trabalho foi focada no auxiliar de inclusão e suas dificuldades formativas, apontando autores que discutem sobre a devida formação do mesmo, e por fim, o terceiro capítulo foi realizado as análises de dados, através dos questionários aplicados, onde os pesquisados registraram os desafios que enfrentam no contexto escolar.

**PALAVRA-CHAVES:** Inclusão escolar. Auxiliar de inclusão. Aluno. Escola. Educação Inclusiva.

## **ABSTRACT**

Inclusive education in Brazil is guaranteed by law, and is to ensure that students with disabilities are included in a regular school in ordinary classes, understanding that we must respect differences between the students, eliminating obstacles that limit learning and participation of students with disabilities in the teaching-learning process. This paper aims to analyze the historical process of educational inclusion and the role of inclusion collaborators, whereas the same is essential when it comes to students with special educational needs, and as specific objectives: investigate the situation of inclusion in the school environment, identify the training needs of the inclusion worker and ascertain the difficulties of inclusion workers in the education process. The research methodology is characterized by a qualitative approach; data were collected through semi-open questionnaire. Considering that the inclusion employees, in so many cases, assist the student in the institution without having a clue how to work with him, because: the school does not provide necessary training, several times there is no help from the pedagogical coordination and also features to work with the same, therefore, this paper brings the challenges that the inclusion assistant faces in the school context to work with students with special educational needs. The paper is organized in three parts, the first portrays inclusion in the school setting, presenting documents such as the World Conference on Education for All, Jomtien (1990), and legislations, one of them being the Law of Guidelines and Bases (1996) which assures the student with disabilities in the regular school. The second part of the paper was focused on the inclusion assistant and its formative difficulties, presenting authors who discuss about the proper formation of the same, and finally, the third chapter was performed data analysis, through the applied questionnaires, where respondents recorded the challenges they face in the school context.

**KEY WORDS: School inclusion. Inclusion Assistant. Student. School. Inclusive Education.**



## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1</b>	Motivo da escolha do curso.....	<b>33</b>
<b>QUADRO 2</b>	Período do curso que começou a trabalhar com inclusão.....	<b>34</b>
<b>QUADRO 3</b>	Quanto tempo o pesquisado trabalhou como auxiliar.....	<b>35</b>
<b>QUADRO 4</b>	Diagnóstico dos alunos.....	<b>36</b>
<b>QUADRO 5</b>	Instituição pública ou privada.....	<b>37</b>
<b>QUADRO 6</b>	Receptividade com o aluno.....	<b>38</b>
<b>QUADRO 7</b>	Convivência com o aluno incluído.....	<b>39</b>
<b>QUADRO 8</b>	Aluno incluído ou excluído.....	<b>40</b>
<b>QUADRO 9</b>	Como se portavam diante da dificuldade do aluno.....	<b>41</b>
<b>QUADRO 10</b>	Dificuldades vivenciadas.....	<b>42</b>
<b>QUADRO 11</b>	Estrutura adequada da escola.....	<b>43</b>
<b>QUADRO 12</b>	Formação específica.....	<b>44</b>
<b>QUADRO 13</b>	Auxílio da equipe escolar.....	<b>45</b>
<b>QUADRO 14</b>	Disciplina específica na instituição.....	<b>46</b>
<b>QUADRO 15</b>	Sugestão para melhoria.....	<b>47</b>

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>GRÁFICO 1</b>	Dados em porcentagem sobre o aumento da inclusão no país.....	27
<b>GRÁFICO 2</b>	Aumento de alunos inclusos na Educação Infantil.....	28
<b>GRÁFICO 3</b>	Aumento de alunos inclusos no Ensino Fundamental.....	28
<b>GRÁFICO 4</b>	Inclusão e exclusão escolar.....	48
<b>GRÁFICO 5</b>	Sugestões para melhoria na inclusão escolar.....	49

## **SIGLAS**

<b>CEB</b>	Conselho de Educação Básica
<b>CNE</b>	Conselho Nacional de Educação
<b>ECA</b>	Estatuto da Criança e Adolescente
<b>LDB</b>	Lei de Diretrizes e Bases
<b>LDBEN</b>	Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>NEE</b>	Necessidades Educacionais Especiais
<b>PNE</b>	Plano Nacional de Educação
<b>SEESP</b>	Secretária da Educação de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
INCLUSÃO NO AMBIENTE ESCOLAR.....	15
2.1 <i>O auxiliar de inclusão.....</i>	20
<b>CAPITULO II</b>	
NECESSIDADES FORMATIVAS DO AUXILIAR DE INCLUSÃO.....	23
<b>CAPITULO III</b>	
ANÁLISE DE DADOS.....	32
3.1 <i>Metodologias.....</i>	32
3.2 <i>Resultados.....</i>	33
3.3 <i>Discussão dos resultados.....</i>	48
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>51</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>53</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>56</b>

## 1. Introdução

Para que possamos entender um pouco mais sobre a inclusão social na escola, precisamos contextualizá-la desde a sua origem, que foi a partir da criação das escolas públicas, dos órgãos normativos estaduais, federais e das classes especiais, em 1970, que a educação especial começou a ter importância no Brasil, pois os governos se preocuparam com a situação que estava se sucedendo.

A Declaração Salamanca (1994) foi um ponto de partida para consolidar educação inclusiva. Ela desenvolveu um conceito que inclui todas as crianças na escola, independentemente de suas necessidades. Porém, esse documento não apenas beneficiou as crianças com deficiências e/ou com necessidades especiais, mas também aquelas que precisavam de uma atenção maior, que tinham dificuldades de aprendizagem por algum motivo, um exemplo, as que viviam na rua ou as que trabalhavam forçadamente, entre outras situações que eram vividas.

O documento relata que as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de suas adversidades e dificuldades, pois a escola deve reconhecer e atender a diversidade dos seus alunos, dando a eles comodidade, incluindo as maneiras diferentes de aprendizagens. A Declaração de Salamanca exigiu um currículo apropriado, tendo eixos que certificam um ensino de qualidade para os alunos, incluindo os com necessidades educacionais especiais, que necessitam de um apoio extra para realizar as atividades, assegurando uma educação efetiva. Seguindo essas concepções, a Declaração de Salamanca conceitua:

O princípio fundamental desta linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas, crianças que vivem nas ruas e que trabalham, crianças de minorias linguística, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavoráveis ou marginalizadas (1994, p. 17- 18).

Após a Declaração de Salamanca (1994), as leis foram se revigorando para que os alunos com tais necessidades especiais pudessem ser inclusos efetivamente nas escolas, sejam elas públicas ou privadas. Então, a Constituição de 1988 foi aprovada, após, se Lei de Diretrizes e Bases de 1996, sendo um dever do Estado e da família garantir uma educação de qualidade para todos, sem exclusão.

Diante disso, reconhecendo os desafios que o sistema de ensino enfrenta, a educação passa a ter um espaço central na sociedade, e na escola, construindo sistemas educacionais e organizações nas instituições escolares para que os alunos com necessidades especiais tenham um suporte que garanta sua inclusão. Sendo assim, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os estudantes, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).

A função da escola para atender os alunos inclusos é identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos que façam com a que a participação dos alunos seja legítima, considerando suas necessidades especiais. As atividades devem ser também, diferenciadas das que são aplicadas em sala de aula para as crianças sem atendimento específico, assim, o aprendizado será complementado, formando a autonomia e independência dos alunos.

Para que o atendimento ocorra, é necessário um auxiliar de inclusão nas instituições, pois com a demanda grande de atividades, o professor regente tem dificuldade de atender as necessidades do aluno incluso, não conseguindo realizar atividades diferenciadas para que ele possa aprender. Portanto, a importância desse auxiliar é extrema, para que o aluno consiga aprender de maneira diferenciada e adaptada de acordo com as necessidades, para isso, o auxiliar deve elaborar conteúdos semelhantes aos que os outros alunos.

Há vários desafios que se encontram no espaço escolar referente à educação inclusiva de alunos com necessidades especiais. Uma delas é a falta de oferta de formação para os auxiliares de inclusão; escolas que não são totalmente estruturadas para receber os alunos com tais necessidades; a preparação e conscientização da equipe pedagógica; e também, por muitas vezes a falta de contratação de funcionários que possam auxiliar nesses casos.

Porém, o que mais intensifica é a questão dos monitores que são contratados sem nenhuma preparação prévia para trabalhar com alunos inclusos, entrando nas escolas apenas com o saber teórico, sem ter tido alguma experiência ou formação anterior. Lembrando que “para atuar na Educação Inclusiva, o auxiliar deve ter uma

formação inicial e continuada, possuir conhecimentos do exercício da docência, conhecimentos gerais e específicos da Educação Especial” (BRASIL, 2008. p. 4).

Portanto, para que o auxiliar de inclusão possa atuar, é necessária uma formação especializada para que atenda as necessidades do aluno, e atingir o objetivo que o currículo exige que seja a aprendizagem efetiva da criança. Essa formação pode ser muito significativa para auxiliá-lo, visto que, geralmente, é contratado sem nenhuma experiência prática, a não ser a teórica que é apresentada no decorrer de sua formação acadêmica. Pois se deparando com a necessidade da criança, ele fica sem saber por onde começar o aprendizado, tendo de início, dificuldades para ajudar a criança nesse processo, sendo apenas orientado pela coordenação pedagógica e pela professora regente da sala em que o aluno se inclui. Sendo assim, a problematização desta monografia é: qual o papel dos auxiliares de inclusão no processo de inclusão escolar de criança com necessidades especiais?

O objetivo geral dessa pesquisa é analisar o processo de inclusão educacional/escolar e o papel dos auxiliares de inclusão, sendo os objetivos específicos: investigar a situação da inclusão no ambiente escolar, identificar as necessidades formativas de auxiliar de inclusão e averiguar as dificuldades dos auxiliares de inclusão no processo de educação do sujeito.

A justificativa é que a inclusão faz com que o indivíduo se reconheça como um ser humano de capacidade, que tem competência para desenvolver suas atividades mesmo com tantas dificuldades no seu cotidiano, mostrando que suas limitações não fazem com que ele se torne incapaz de fazer coisas, e que também proporciona interações pessoais para que se possa garantir uma vivência equitativa. Para isso, o processo de inclusão na escola é essencial para que o indivíduo se sinta parte real da sociedade em que se vive, oferecendo essas oportunidades, entre outras, como uma educação de qualidade, principalmente, pois esse é um direito de qualquer ser humano.

É visto que a falta de uma formação específica para o auxiliar de inclusão interfere no processo de educar do aluno incluso, pois acontece do auxiliar de inclusão ser contratado sem nenhuma experiência ou formação apropriada para trabalhar com tal situação, tendo que buscar formas de ensino por conta própria, através de internet, livros, revistas, etc., fazendo com que sua prática se torne eficaz para com o seu aluno, dando a ele uma aprendizagem significativa em que

[...] o processo inclusivo é, um processo educacional que visa atender ao máximo a capacidade da criança portadora de deficiência na escola e na classe regular. Envolve o fornecimento de suporte de serviços da área de educação por intermédio dos seus profissionais. A inclusão é um processo constante que precisa ser continuamente revisto. (MRECH, 1998, p.37-39).

Sabemos que as leis asseguram os alunos com necessidades especiais na instituição escolar, porém, mesmo com essas leis e com toda visão moderna que as pessoas tem do mundo atual, eles ainda sentem o preconceito dentro das escolas, passando muitas vezes despercebidos dentro do espaço, principalmente por acharem que eles não são capazes de avançar na aprendizagem como as outras crianças que não tem necessidades especializadas.

A criança com necessidades educacionais especiais acaba se desinteressando pelo aprendizado, e muitas vezes não querendo mais frequentar o campo escolar, pois sabe que no mesmo, terá dificuldades de convivência. Portanto, o auxiliar necessita aprender vários métodos para que aguace o aprendizado do educando, sem que ele se importe com o olhar de preconceito dos demais, fazendo com que seu aprendizado não seja afetado e que não perca o interesse, mesmo diante de tantos obstáculos que ele enfrente.

Partindo da realidade em que vivemos, com tantas adversidades na escola, podemos analisar o processo de inclusão de alunos com necessidades especiais no âmbito escolar; de que maneira se desenvolve, quais os recursos, como o auxiliar de inclusão trabalha diante da situação e se há alguma formação ofertada para que sua prática aprimore no decorrer do ensino-aprendizagem do aluno, para que assim ele se sinta capaz, como todos os outros alunos.

O trabalho foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, onde o mesmo irá apresentar leis que asseguram a educação do aluno incluso na instituição escolar, o trabalho também trará autores como Mantoan, Tardif, Sasaki, Diniz, entre outros, que discutem sobre a inclusão escolar e, além da pesquisa bibliográfica, a pesquisa de campo que foi realizada, de maneira qualitativa. pela análise de dados que foram coletados por meio de questionário.



## CAPÍTULO I

### INCLUSÃO NO AMBIENTE ESCOLAR

De início, vamos explicitar o que é inclusão escolar: inclusão escolar é um processo gradativo que é realizado de acordo com a necessidade de cada aluno, dando a criança, a oportunidade de interagir com outras pessoas, além do convívio doméstico, tendo um conhecimento além do prévio.

O termo inclusão vem sendo discutido há mais de uma década, no qual as pessoas com deficiência lutam pelo acesso à educação. Essa luta vem acontecendo não só pelo ingresso numa escola regular, onde se tenha uma educação de qualidade, mas para que o preconceito seja reduzido cada vez mais, e também, que a comunidade tire a visão de que o aluno incluído não tem capacidade de aprender, ou de que ele não entenda as coisas que está sendo retratada.

A inclusão é uma maneira de a sociedade transformar seu olhar diante de certas situações, entretanto, no livro da Secretaria de Educação do Paraná (p. 09-10) menciona alguns objetivos da inclusão:

Integração dos portadores de necessidades especiais à sociedade;  
Expansão do atendimento aos portadores de necessidades especiais na rede regular governamental de ensino;  
Ingresso do aluno portador de necessidades educativas especiais em turmas do ensino regular, sempre que possível;  
Apoio ao sistema de ensino regular para criar as condições de integração dos portadores de necessidades educativas especiais;  
Conscientização da comunidade escolar para a importância da presença do alunado de educação especial em escolar da rede regular de ensino;  
Integração técnico-pedagógica entre os educadores que atuam nas salas de aulas do ensino regular e os que atendem em salas de educação especial;  
Integração das equipes de planejamento da educação comum com os de educação especial, em todas as instâncias administrativas e pedagógicas do sistema educativo;  
Desenvolvimento de ações integradas nas áreas de ação social, educação, saúde e trabalho. (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ. p. 09-10)

Sasaki (2003) apresenta quatro fases da inclusão no campo da educação: a fase da exclusão, da segregação institucional, da integração e por fim, da inclusão. A primeira fase era onde o indivíduo com necessidades educacionais especiais, esses alunos não são necessariamente indivíduos com deficiências, também são aqueles que exigem atividades adequadas. Sendo assim, o aluno era ignorado, rejeitado e explorado pela sociedade. Segregação institucional foi a fase onde nem a

sociedade e nem a família aceitava o deficiente, tendo ele que ser atendido por instituições filantrópicas, que a partir daí começou a surgir em vários países a educação especial, desenvolvendo escolas especiais para atender o sujeito com essas necessidades. A fase da integração começou com criação de classes especiais dentro das escolas comuns, pois, sendo sala separada, era garantido que os alunos deficientes não iriam atrapalhar os demais colegas. E, finalmente, a inclusão, uma fase bastante discutida, a escola que teve que se adaptar ao aluno, assegurando a ele a absoluta inclusão na escola.

A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado, ela é quem substituiu pelo ensino comum, em certos casos, mostrando que as pessoas com deficiência tinham necessidade de um atendimento específico, esta que levou à criar instituições especializadas, tendo atendimentos clínicos, que através dos diagnósticos as práticas pedagógicas eram definidas.

A importância do ensino nas escolas está relacionada com a inserção do indivíduo na sociedade. A busca constante pela melhoria da qualidade de vida tem gerado problemas ambientais, sociais e econômicos, pois há esgotamento de recursos, degradação ambiental e exclusão cultural. Diante desses problemas, os seres humanos devem ser capazes de questionar as transformações sociais e tomar decisões, agindo da melhor forma possível em relação às necessidades da sociedade e a exercício da cidadania.

A escola tem um papel crucial em relação a formação do sujeito, pois o acesso ao conhecimento científico pode inserir o aluno em questões fundamentais que contribuem para o avanço da sociedade. Assim, a inclusão social é de extrema importância, pois a convivência com outras pessoas faz com que o preconceito diminua e todos tenham oportunidades similares.

A Constituição de 1988 tornou obsoleta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 4024/61 (LDBEN). Esta foi substituída pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (BRASIL, 1996), sancionada em 20 de Dezembro de 1996, que teve como uma de suas finalidades a de atualizar as políticas educacionais do governo brasileiro, quanto ao direito universal à **educação para todos**. Ela também veio com diversas mudanças em relação às leis passadas, com destaque para a inclusão escolar de pessoas com necessidades educativas especiais na educação básica.

Dentre os documentos que asseguram a inserção da criança com deficiência na escola, tem o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/90, no artigo 55, determina que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”.

A Conferência Mundial de Educação para Todos, Jomtien/1990, tem como objetivo transformar o sistema de ensino para garantir o acesso e a permanência de todos na escola, para isso, a Conferência propõe uma reflexão, problematizando as situações de exclusões na escola, que resultam em desigualdade.

Algumas políticas públicas foram elaboradas nessa direção. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, todos devem ter acesso à educação na escola regular, os sistemas de ensino assegurarão além de “[...]currículos, métodos, recursos educativos e organização específica para atender às suas necessidades” (BRASIL, 1996, art.59, Inciso III). A justificativa deste trabalho baseia-se na seguinte citação:

A razão pedagógica, a razão didática, está associada à aprendizagem do pensar, isto é, a ajudar os alunos se constituírem como sujeitos pensantes, capazes de pensar e lidar com conceitos, para argumentar, resolver problemas, para se defrontarem com dilemas e problemas da vida prática. Democracia na escola hoje, justiça social na educação, chama-se qualidade cognitiva e operativa do ensino. (LIBANÊO, 2002, p.26).

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, também ressalta a importância da inclusão do aluno com necessidades especiais, dando a ele total segurança e garantia de ter um ensino aprendizagem eficaz, sendo visto pela sociedade como um sujeito de capacidade, crítico, que reconhece os seus direitos e os seus deveres. Portanto o Art. 58 da LDB defende ao público-alvo da educação especial o direito do aluno com necessidades especiais e enfatiza:

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços especializados na escola regular para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

Então, vale ressaltar que é primordial o desenvolvimento de novos métodos de ensino dentro desse quadro, assim, faz parte deste trabalho analisar a realidade

da inclusão, seja no cotidiano escolar, através de contato direto com alunos, auxiliares de inclusão, professores que já atuam no sistema de ensino, ou ainda com aqueles que estão se graduando, de modo a conhecer as diferentes percepções destes sujeitos sobre a inclusão educacional, como também observar as condições de ensino e a organização da formação discente.

Visto que os alunos com NEE precisam de um apoio maior da comunidade escolar, pois a educação é responsável também pela socialização, incluindo o indivíduo com o meio em que se vive, transformando a integração em inclusão.

[...]questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e regular, mas também o conceito de *mainstreaming*. A noção de inclusão institui a inserção de uma forma mais radical, completa e sistemática. O vocábulo integração é abandonado, uma vez que o objetivo é incluir um aluno ou um grupo de alunos que já foram anteriormente excluídos; a meta primordial de inclusão é a de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo. As escolas inclusivas propõem um modo de se constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em virtude dessas necessidades. A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apoia a todos; professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral” (MANTOAN,1997,p. 145)

Existe uma diferença entre integração e inclusão. A integração acontece quando o indivíduo com NEE precisa se moldar á sociedade, para que se possa conviver com as outras pessoas. A inclusão é quando a sociedade se prepara para receber essa pessoa com necessidades especiais, dando á ela acessibilidade, autonomia e por muitas vezes, tornando-a independente. Mas essa transição de integração e inclusão ainda está em luta, pois ainda existem muitos lugares onde só é vista a integração sendo desenvolvida.

Para efetivar a inclusão, é preciso [...] transformar a escola, começando por desconstruir práticas segregacionistas [...] a inclusão significa um avanço educacional com importantes repercussões políticas e sociais, visto que não se trata de adequar, mas de transformar a realidade das práticas educacionais. (FIGUEIREDO,2002, p.68):

As instituições educacionais precisam garantir a inclusão plena do aluno dentro deste campo, disponibilizando recursos pedagógicos que favoreçam o desenvolvimento, reconhecendo as diferenças, de modo que considerem as necessidades educacionais de todos os estudantes. Conseqüentemente, a estrutura

das instituições deve, também, assegurar essa inclusão, para que de fato ela seja efetivada.

É importante que a comunidade escolar trabalhe coletivamente, pois, vemos que há inúmeras dificuldades quando se trata de inclusão, não pensando que somente os pais são os responsáveis pela socialização do aluno incluído, mas que a escola, no geral, tem um grande significado, que vai além do aprendizado, considerando a realidade do aluno, seu conhecimento prévio e dando a oportunidade de ampliar o mesmo.

### **1.1 O AUXILIAR DE INCLUSÃO**

É perceptível a dificuldade que a professora regente se encontra quando um aluno com deficiência é incluído na sala de aula, pois a atenção precisa ser voltada á todos, impossível atender apenas um aluno quando se tem mais de 20 para também ajudar, principalmente pelo fato de que as atividades precisam ser adaptadas de acordo com a necessidade do mesmo, considerando as dificuldades de cada aluno, por isso, a contratação de um profissional para atender esse aluno é imprescindível, garantindo ele a plena inclusão, mostrando a ele que o seu direito pode e deve ser assegurado.

Não encontramos registros de qual foi o primeiro auxiliar de inclusão, ou quando iniciou a prática desse profissional, precisamente, mas sabe-se que ocorreu a partir do ano de 2000. Percebendo a necessidade que o aluno incluído têm de ter alguém que o auxilie, que o estimule, considerando que a escola, muitas vezes, é um onde o aluno tem contato com outras pessoas fora a família e a comunidade em que vive.

A legislação obriga as instituições de ensino regular a terem professores que amparem alunos com necessidades educacionais especiais nas salas de aula. Sendo assim, a criança com deficiência não precisa procurar uma escola adaptada para ela, e sim, a escola que deve se adaptar a mesma, estabelecendo atividades específicas.

Antigamente, a terminologia usada era tutor, o mesmo que com o decorrer dos anos foi se modificando e se adaptando junto com as leis, chegando até a

denominação de auxiliar de inclusão, pois esta, anteriormente era usada de uma forma geral, não apenas para alunos incluídos.

O auxiliar de inclusão, se necessário, também auxilia na higiene, na alimentação e na locomoção dentro do espaço escolar ou em alguma aula passeio, além disso, o auxiliar desenvolve atividades escolares adaptadas ou não para o aluno, pois ele necessita de um atendimento apropriado para efetuar estas atividades, portanto, a função principal desse profissional, é auxiliar o aluno NEE, flexibilizando as aulas de acordo com suas necessidades, por esses cuidados, o auxiliar de inclusão é visto muitas vezes como uma babá.

O objetivo da inserção do auxiliar de inclusão no ensino regular é fazer com que a criança aprenda de forma significativa, de acordo com sua capacidade, onde ela possa socializar com seus colegas, buscando sua autonomia, não interferindo tanto, mas deixando que ele reconheça suas limitações e que perceba o seu progresso.

A formação desse auxiliar é de extrema importância, ele precisa pesquisar muito para que o aprendizado desse aluno seja eficaz. Por isso, a instituição que ele trabalha precisa fornecer formações adequadas para que ele possa trazer coisas concretas e significativas para seu aluno, refletindo diante de sua prática, articulando com atividades que a professora regente trás para os demais alunos, por isso, é preciso que o diálogo entre professor e auxiliar de inclusão precisa ser diário, para que consigam fazer atividades similares, sem deixar de lado as limitações do aluno com necessidades especiais.

[...] a formação continuada do professor deve ser um compromisso dos sistemas comprometidos com a qualidade do ensino que nesta perspectiva, devem assegurar que sejam aptos a elaborar e a implementar novas propostas e práticas de ensino para responder às características de seus alunos, incluindo aquelas evidenciadas pelos alunos com necessidades educacionais especiais (PRIETO, 2006, p.57).

Para que o auxiliar consiga atingir de fato os objetivos, ele precisa ter ajuda da comunidade escolar e ter contato com família desse aluno, procurando saber suas dificuldades, compreendendo as necessidades, pois a família pode dar orientações de como esse aluno desenvolve suas atividades, assim, o auxiliar poderá elaborar estratégias para trabalhar em sala, pois com esse contato, ele terá um conhecimento mais amplo do aluno, conhecendo sua realidade, que é um dos

principais fatores da educação, que o professor conheça a realidade de seus alunos para que se possa ter uma prática relevante, trazendo a vivência anterior do aluno e contribuindo com coisas novas, amplificando seu aprendizado.

Conseqüentemente, a escola deve se adaptar para que as crianças, em geral, com ou sem deficiência, tenham as mesmas oportunidades, levando em consideração suas diferenças, mostrando que precisa respeitar para ser respeitado, que empatia gera empatia, tendo uma vivência saudável com os outros alunos, diante da diversidade, dando uma educação de qualidade para todos, sem discriminar, pois o aluno precisa se sentir seguro e acolhido nesse espaço que, onde a maioria passa o maior tempo do seu dia.

Por fim, a integração do aluno no âmbito escolar também tem como objetivo dar um novo olhar, uma nova percepção da diferença, que vai além da deficiência, garantindo uma nova categoria social, fazendo com que o outro respeite a dissemelhança do próximo.

## CAPÍTULO II

### NECESSIDADES FORMATIVAS DO AUXILIAR DE INCLUSÃO

Os desafios encontrados no decorrer da implantação da política inclusiva no Brasil são abundantes, porém, a falta de preparo dos professores é maior ainda. Com tal falta de preparação, os professores se sentem incapazes de acolher os alunos, ficando temidos diante à educação do aluno incluído. As dificuldades não devem ser levadas como justificativas para tal fracasso, mas considerar como uma causa para construção de conhecimento, estabelecendo de fato uma educação de qualidade e para todos.

Para que toda essa formação ocorra, os profissionais precisam ter um diálogo, na formação inicial e na formação continuada, explicitando suas necessidades com relação à inclusão escolar, qualificando tal formação, até porque a inclusão está presente em todos os lugares, não apenas no Ensino Regular. Só que para que se possa fornecer uma formação sobre inclusão escolar para acadêmicos e educadores do Ensino Regular, professores de universidades também necessitam da formação continuada, se especializando no conteúdo.

No caso de uma formação inicial e continuada direcionada à inclusão escolar, estamos diante de uma proposta de trabalho que não se encaixa em uma especialização, extensão ou atualização de conhecimentos pedagógicos. Ensinar, na perspectiva inclusiva, significa ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os seus níveis. Como já nos referimos anteriormente, a inclusão escolar não cabe em um paradigma tradicional de educação e, assim sendo, uma preparação do professor nessa direção requer um design diferente das propostas de profissionalização existentes e de uma formação em serviço que também muda, porque as escolas não serão mais as mesmas, se abraçarem esse novo projeto educacional (MANTOAN, 2003. p.43).

Notamos que o processo inclusivo como a legislação propõe como ela deve ser, presume mudanças na atual educação, pois como está não garante e nem oferece condições aceitáveis para ser considerada de fato inclusiva. É preciso considerar não só os limites da formação dos professores, mas também o grande número de alunos por turma, instalações inadequadas e precárias. Portanto é preciso procurar maneiras diferenciadas que modifiquem o pensar na escola e nos educadores que nela atuam.



Os professores têm muitas dificuldades para atender alunos incluídos, não apenas por causa da formação, mas também por questão de que cada criança tem sua individualidade. Para isso, os professores precisam ter uma comunicação boa com os familiares, pois assim eles auxiliarão, mostrando todas as necessidades específicas que a criança necessita, se ela depende de higiene, depende de auxílio para se alimentar. Dessa maneira, a professora saberá como a criança desenvolve, podendo elaborar atividades específicas para que melhore o desenvolvimento dela.

Com relação aos professores de Pedagogia que trabalham com a Educação Inclusiva, é visto a necessidade de um conhecimento específico, tendo a formação contínua como um dos aspectos, logo, aprimorando seu conhecimento gradativamente.

Tanto em suas bases teóricas quanto em suas consequências práticas, os conhecimentos profissionais são evolutivos e progressivos e necessitam, por conseguinte, de uma formação contínua e continuada. Os profissionais devem, assim, autoformar-se e reciclar-se através de diferentes meios, após seus estudos universitários iniciais (TARDIF, 2009, p. 249).

A Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de Setembro de 2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001), para garantir as necessidades educacionais especiais no ensino regular, as escolas precisam organizar seus espaços com dois tipos de professores: os de classe comum e os de Educação Especial. Os dois precisam trabalhar de maneira cooperativa. Sendo assim, para os professores que trabalham em classe comum, o documento (BRASIL, 2001, p.5), primeiro parágrafo do Art. 18, estabelece que:

São considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial [...]

Para os professores formados em Educação Especial, o documento (BRASIL, 2001. p. 5) no terceiro parágrafo do Art. 18, pede para que os mesmos comprovem:

I - formação em cursos de licenciatura em educação especial ou em uma de suas áreas, preferencialmente de modo concomitante e associado à licenciatura para educação infantil ou para os anos iniciais do ensino fundamental;

II - complementação de estudos ou pós-graduação em áreas específicas da educação especial, posterior à licenciatura nas diferentes áreas de conhecimento, para atuação nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio;

O Brasil tem um suporte legal que deveria ajudar para que as mudanças educacionais acontecessem, introduzindo novos conhecimentos e novas práticas, porém, está longe do sonho da inclusão ser realizado. Para justificar tal pensamento, a autora Rodrigues (2012) cita três considerações:

Nas universidades, a temática da educação das pessoas com deficiência ainda não é incorporada como uma discussão geral. A formação inicial se resume a uma disciplina que não consegue atender à complexidade do tema e a formação continuada precisa ser discutida e aliada a ações de pesquisas e extensão.

Os alunos com deficiência não são considerados, nas escolas, como estudantes e sim como problemas que chegam. O foco no déficit, na falta, na impossibilidade precisa ser vencido, desconstruído, para que essas pessoas assumam seus lugares de educandos, de sujeitos capazes de aprender.

O poder público, no âmbito federal, estadual e municipal precisa vencer a etapa das intenções e passar às ações. Investimentos nas mudanças físicas das escolas, aquisição de materiais, contratação de professores especializados e formação dos professores em serviço necessitam acontecer em caráter de urgência (RODRIGUES, 2012).

Vendo todos os desafios, que são bastante amplos, é preciso ter um olhar focado, mesmo sabendo que a formação específica não é suficiente para a eficácia da inclusão do aluno com deficiência, portanto, é necessário ter uma atenção maior diante da criança, dando a ela uma segurança, garantindo o acolhimento, para que se sinta bem no âmbito escolar.

Existem várias críticas com a relação a formação de docente para com a educação inclusiva, vista como insuficiente, principalmente se não for a formação específica.

No Brasil, a formação de professores e demais agentes educacionais ligados à educação segue ainda um modelo tradicional, inadequado para suprir as reivindicações em favor da educação inclusiva. Vale destacar que, dentre os cursos de Pedagogia e de Pedagogia com habilitação em Educação Especial, poucos são aqueles que oferecem disciplinas ou conteúdos voltados para a educação de pessoas com necessidades especiais [...] (PLETSCH, 2011. p. 150).

Nesse sentido, para que a inclusão seja aprimorada, é preciso fortalecer a formação dos professores, instituindo uma rede de apoio entre profissionais da

educação, alunos, família e profissionais de outras áreas, como o da saúde, por exemplo. Assim, com o trabalho coletivo, ocorrerá uma maior garantia da inclusão do aluno com deficiência, mesmo que essa não seja vista com bons olhos por muitos. O Índice para a Inclusão apresenta os processos implicados da seguinte forma:

Valorizar todos os alunos e funcionários da mesma forma.

Incrementar a participação dos alunos nas culturas, currículos e comunidades das escolas locais, reduzindo a sua exclusão em relação a estas.

Reestruturar as culturas, políticas e práticas nas escolas para que possam responder à diversidade de alunos na localidade.

Reduzir as barreiras à aprendizagem e à participação de todos os alunos, não só dos com dificuldades mas também os que estão categorizados como tendo “necessidades educativas especiais”.

Aprender através de tentativas de ultrapassar barreiras ao acesso e participação de alunos particulares para promover mudanças para o benefício dos alunos em geral.

Admitir a diferença entre os alunos como recursos de apoio à aprendizagem e não como problemas a serem resolvidos.

Reconhecer o direito dos alunos à educação na sua localidade.

Melhorar as escolas para os funcionários e para os alunos.

Enfatizar o papel das escolas na construção da comunidade e desenvolvimento de valores, assim como no aumento de resultados.

Fomentar relações mutuamente sustentáveis entre as escolas e as comunidades.

Reconhecer que a inclusão na educação é um aspecto da inclusão na sociedade. (CSIE, 2010).

Desta forma, a garantia da inclusão vai além da formação específica, a escola precisa estar preparado para acolher o aluno com necessidades especiais, de forma estrutural e formativa, dando toda proteção aos alunos, oportunizando-o a vivenciar coisas novas, ampliando seu conhecimento.

Diniz (2012, p. 103) considera que é “necessário o avanço em pesquisas, estudos e publicações para atender esse atendimento público escolar, tendo também uma parceria entre educação e saúde, já que essa ocorre com dificuldade”. E que, se deve de fato ter uma formação específica para garantir a educação de qualidade.

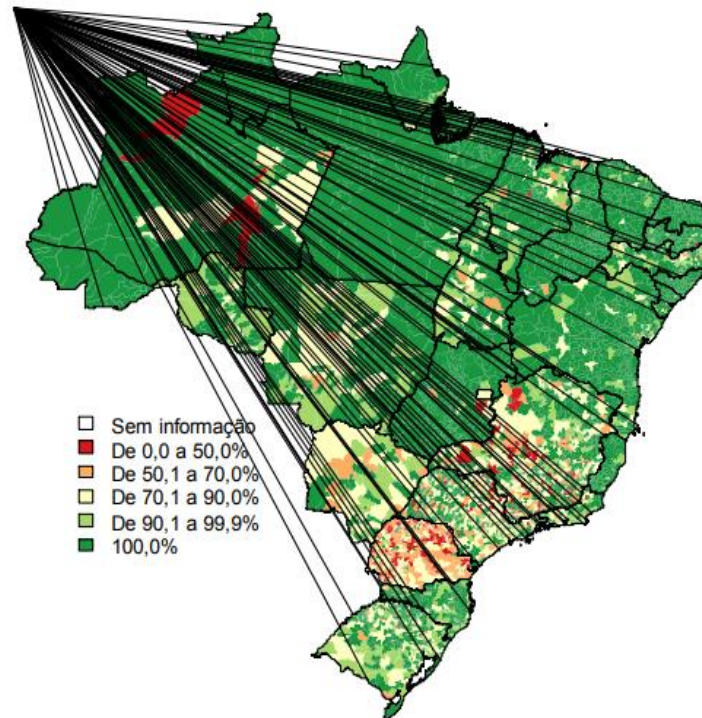
Para que se torne mais significativa a aprendizagem do aluno, também é necessário que a estrutura da escola seja adequada, para isso foram implementadas as Salas de Recursos Multifuncionais:

A denominação [...] se refere ao entendimento de que esse espaço pode ser utilizado para o atendimento das diversas necessidades educacionais especiais e para desenvolvimento das diferentes complementações ou suplementações curriculares. Uma mesma sala de recursos pode atender alunos com deficiência, autismo, hiperatividade ou outras necessidades educacionais especiais. Portanto, essa sala de recursos é multifuncional em virtude de a sua constituição ser flexível para promover os diversos tipos de acessibilidade ao currículo, de acordo com as necessidades de cada contexto educacional (ALVES, 2006, p.14).

Com o decorrer dos anos, as matrículas para alunos com deficiência vêm aumentando cada vez mais, pois o Censo Escolar afirma que o número de matrículas da educação especial chegou a 1,2 milhão em 2018, tendo um aumento de 33,2 % desde o ano de 2014. E este aumento está relacionado com os desafios apresentados pelo Plano Nacional de Educação, que mostra que a universalização deve incluir a população de 4 a 17 anos, preferencialmente na rede de ensino regular.

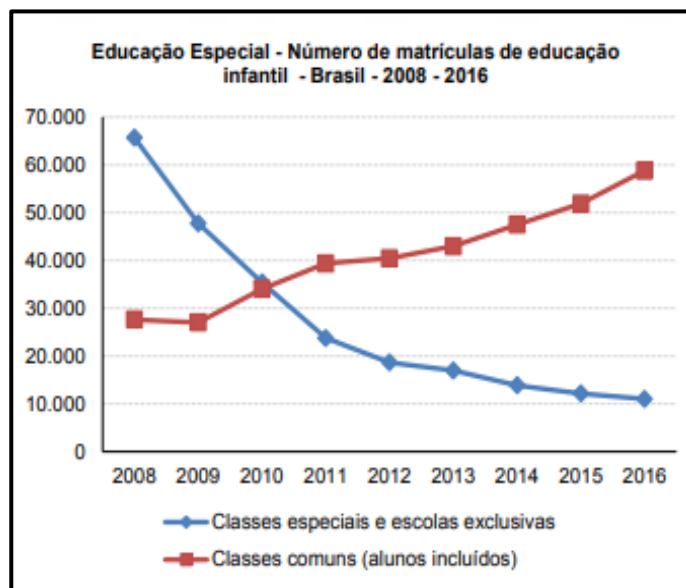
Este é o percentual de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades de 4 a 17 anos incluídas em classes comuns por município em 2016.

**GRÁFICO 1:** Dados sobre alunos com deficiência inclusos em classes comuns no Brasil no ano de 2016.



Fonte: Dados do Censo Escolar 2016.

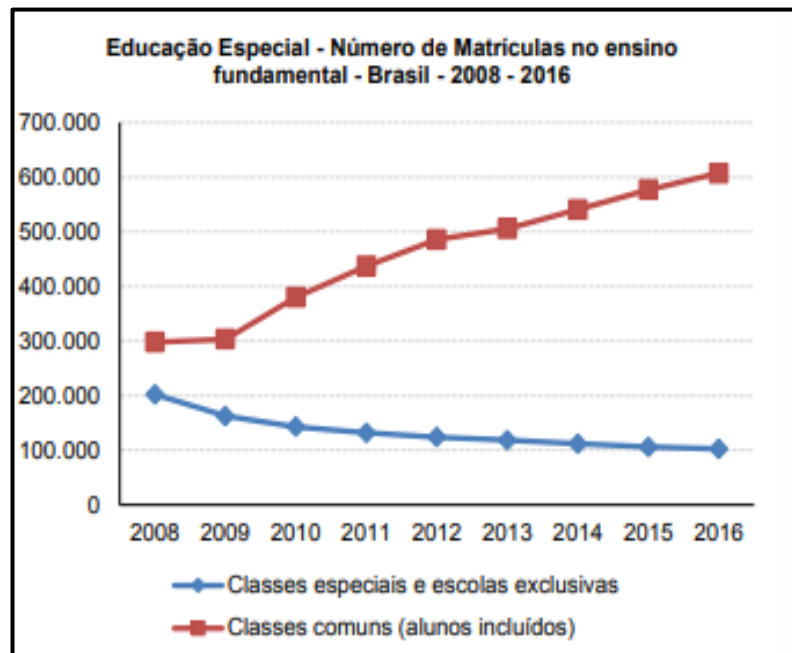
**Gráfico 1:** Dados sobre o aumento de alunos com deficiência inclusos em classes comuns na Educação Infantil no Brasil entre 2008 a 2016.



Fonte: Dados do Censo Escolar 2016.

Os dados do gráfico acima apresentam que 82% dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades incluídos em classes comuns, na Educação Infantil.

**GRÁFICO 2:** Dados sobre o aumento de alunos com deficiência incluídos em classes comuns na Educação Infantil entre 2008 a 2016.



Fonte: Dados do Censo Escolar 2016.

Este outro gráfico do Censo Escolar (2016) mostra que 57,8% das escolas brasileiras têm alunos com deficiência incluídos em turmas regulares no Ensino Fundamental. Em 2008, esse percentual era de apenas 31%.

É visto que o aumento da inclusão nas escolas, ou melhor, nas classes comuns está se desenvolvendo cada vez mais, e com isso, as escolas precisam estar preparadas para receber os alunos com deficiência, pensando não somente na estrutura, mas na formação do educador que irá receber esse aluno, ver se ele está preparado de fato e como irá ser sua atuação diante do mesmo, tendo apoio da coordenação pedagógica para conseguir realizar a aprendizagem.

Por outro lado, as escolas que ainda não estão atendendo os alunos com deficiência nas classes comuns, explicam que isso ocorre por causa de não terem professores formados para esse fim, ou que os professores desacreditam que um

aluno com deficiência tenha a capacidade de avançar, sendo discriminados pelos colegas.

A inclusão escolar na falta de ter escolas capacitadas para atender os alunos com deficiência, tendo essa concepção, as autoras concordam que:

A maioria das escolas está longe de se tornar inclusiva. O que existe em geral são escolas que desenvolvem projetos de inclusão parcial, os quais não estão associados a mudanças de base nestas instituições e continuam a atender aos alunos com deficiências em espaços escolares semi ou totalmente segregados (classes especiais, escolas especiais). (Fávero, Mantoan e Pantoja ,2007, p.45)

Para que isso melhore, é necessário que as ações pedagógicas sejam refletidas e mudadas, favorecendo os alunos na totalidade, trazendo atualizações, mudando os conceitos e as práticas escolares, para que o aluno não precise sair da escola para se sentir melhor, e sim fazer com que a escola melhore para receber esse aluno, tornando-a um espaço agradável para ele. Mesmo sabendo que mudar a escola seja uma tarefa que exige muito trabalho, é necessário quando se trata da aprendizagem do sujeito, colocando a

[...]a aprendizagem como o eixo das escolas, porque a escola foi feita para fazer com que todos os alunos aprendam;  
Assegurando tempo e condições para que todos possam aprender de acordo com o perfil de cada um e reprovando a repetência;  
Garantindo o Atendimento Educacional Especializado, preferencialmente na própria escola comum de rede regular de ensino;  
Abrindo espaço para que a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados nas escolas por professores, administradores, funcionários e alunos, pois são habilidades mínimas para o exercício da verdadeira cidadania;  
Estimulando, formando continuamente e valorizando o professor, que é responsável pela tarefa fundamental da escola- a aprendizagem dos alunos;  
(Fávero, Mantoan e Pantoja,2007, p.46)

No cenário da inclusão, onde se prepara os alunos para viver na sociedade, visando seu pleno desenvolvimento humano, os alunos com deficiência não precisam e não devem estar fora das classes comuns das escolas de ensino regular, seja na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e/ou no Ensino Médio, nem frequentando classes e escolas especiais, assim como está explícita na Constituição Federal (art. 205).

Tendo em vista de que não podemos ter uma visão de educação para todos quando se tem divisão de alunos, principalmente quando o aluno não entra na

categoria de série e níveis de desempenho escolar, quando ele apenas, para a escola, só é visto numa classe ou escola especial, perdendo a garantia de reconhecer sua identidade na sociedade.

Educar para esse mundo distinto e para a inclusão é fazer a diferença, pois assim o aluno, dar oportunidade para conhecer a diferença do outro e a sua diferença, é entender que o ser humano é baseado em avanços e limites, entender que o outro também tem essas duas competências, que as pessoas são feitas de sentimentos e para isso é preciso ter o respeito, respeitar a diversidade que existe na sociedade em que vivemos, por isso que é significativo que o aluno com deficiência permaneça em salas comuns, não em classes especiais.

A inclusão tem vários desafios para serem superados, como visto, isso vem de décadas atrás, para que o aluno com deficiência tenha sua aprendizagem assegurada, com muita luta e no decorrer dos anos, isso foi melhorando, trazendo pontos positivos para o

[...] desafio se coloca na contingência em incluir no aparato escolar comum e não mais especial essas crianças, sem contudo focar esse trabalho na perspectiva medicalizante, buscando assim outras referências teóricas e pedagógicas que possibilitem o acolhimento do sujeito, com o objetivo de trilhar e estabelecer qual seria a contribuição de um trabalho pedagógico para a melhoria da qualidade de vida das crianças que apresentam peculiaridades. (DINIZ, 2012. p. 102).

O aluno com deficiência precisa se sentir seguro no âmbito escolar, pois é na instituição que ele passará uma boa parte do seu dia, para isso é preciso que não haja discriminação, que a relação do aluno com outras crianças seja naturalizada, onde é preciso ter respeito de ambos, para que aconteça esse respeito, os professores precisam trabalhar esse aspecto com os alunos, de forma geral. O aluno com deficiência tem que entender que ele deve ser tratado como os outros, para que não ocorra rejeição e nem aproveitamento.

Com a socialização, o aluno construirá sua identidade, seus valores e sua cultura. Também, é essencial ter ciência de que o aluno tem seu limite, que as atividades precisam ser realizadas de maneira com que não subestime e/ou superestime o aluno, para que assim não cause baixa autoestima e não o decepcione.

Portanto, para que o aluno com deficiência tenha sua aprendizagem garantida, significativa e que ele reconheça isso, é preciso que os educadores



estejam sempre atualizados, o professor tendo formação específica ou não, pois a partir do momento que se aceita a trabalhar com um aluno incluso, é de extrema responsabilidade fazer com que ele tenha avanços. Com todo esse histórico de dificuldade que se teve para incluir a criança na classe comum, é necessário reconhecer que a aprendizagem desse aluno está dependendo do professor que o irá receber. Também, é necessário considerar que o professor do aluno incluso tenha um apoio formativo ofertado pelo município/escola, e o apoio da comunidade escolar, podendo também ter auxílio de um profissional da saúde, para que possa conhecer seu aluno na integridade e realizar seu ensino-aprendizagem com eficiência.

## CAPÍTULO III

### ANÁLISE DE DADOS

#### 3.1 METODOLOGIA

A metodologia estipulada para o desenvolvimento desse trabalho foi a pesquisa qualitativa, a qual foi realizada através de pesquisa bibliográfica e na aplicação de questionário semiaberto como pesquisa de campo.

Para Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa é uma abordagem que interpreta o mundo, onde os pesquisadores estudam coisas que acontecem naturalmente, tentando entender o significado.

Como complemento para a pesquisa foi aplicadas questionários semiaberto, para análise de dados coletados, visto que ele propicia fazer uma reflexão diante da situação que se vem discutindo no decorrer do trabalho, e que esse método foi escolhido por questão de ser uma metodologia que não expõe o pesquisado, sendo possível ocultar a identidade do mesmo.

A crescente popularidade de questionários explica-se pelo fato de que a teoria da amostragem de tratamento dos dados modernos permite generalizações bastante seguras com base em amostras relativamente pequenas. Mas esta vantagem pressupõe um “bom” instrumento, eficiente e fidedigno [...] (MIELZYNSKA, 1998, p. 1).

O questionário abrangia 15 questões, o mesmo apresentava questões com assuntos sobre o curso de Pedagogia, o auxiliar de inclusão e sua formação, focando principalmente no trabalho do auxiliar de inclusão. Os questionários foram entregues no decorrer do ano, para 15 possíveis pesquisados, porém, somente 8 respondera-os, ressaltando que os mesmos trabalharam/trabalham com alunos inclusos, sendo todos acadêmicos da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

O pensamento sobre trazer o questionário para o presente trabalho aconteceu pelo fato de que é visível as dificuldades, os desafios que os auxiliares de inclusão passam no âmbito escolar, sendo assim, com esse método, seria uma maneira de analisar as concepções diferenciadas ou não desses profissionais, podendo fazer uma reflexão através das respostas coletadas.

Vejamos a seguir as respostas dos questionários aplicados e respondidos pelos auxiliares de inclusão nas redes de ensino.

### 3.2 RESULTADOS

#### QUADRO 1- Você teve alguma inspiração ou motivo que levou a escolher o curso de Pedagogia?

<b>P1</b>	Devido à formação no curso de docentes.
<b>P2</b>	Por ser a profissão da avó.
<b>P3</b>	Incentivo familiar.
<b>P4</b>	Inspiração pelas professoras que tem na família.
<b>P5</b>	Influência da amiga.
<b>P6</b>	Pela inspiração na mãe.
<b>P7</b>	Por precisar fazer um serviço comunitário, onde acabou se inspirando.
<b>P8</b>	Pela admiração de uma professora no Ensino Fundamental.

Fonte: Tabela organizada pela autora no ano de 2019.

A expectativa para a escolha do ingresso no ensino superior começa na adolescência, porém, muitos ainda ficam indecisos com a escolha, pois os familiares acabam pressionando demais para que escolham algo, como o sonho da mãe, ou seguir os passos do pai/responsável, porém, com essa influência, o aluno acaba se identificando com a profissão e acaba seguindo com a mesma, por outro lado, muitos desistem na prática.

**QUADRO 2- Em qual período do curso começou a trabalhar como auxiliar de inclusão?**

<b>P1</b>	No primeiro ano do curso.
<b>P2</b>	Terceiro ano do curso.
<b>P3</b>	Segundo ano do curso.
<b>P4</b>	Primeiro ano do curso.
<b>P5</b>	Segundo ano do curso.
<b>P6</b>	Terceiro ano do curso.
<b>P7</b>	Segundo ano do curso.
<b>P8</b>	Terceiro ano do curso.

Fonte: Tabela organizada pela autora no ano de 2019.

Nesse quadro, é visível que a contratação para auxiliar de inclusão é preocupante, pois, para se trabalhar com a inclusão escolar, deveria ser obrigatória uma formação específica nessa área, não que os acadêmicos não tenham capacidade para ensinar, mas é um campo que necessita de uma formação adequada para se trabalhar com o aluno, com um preparo maior, até porque nos primeiros anos do curso de Pedagogia, as disciplinas são voltadas para o ensino básico que não é pensado no aluno com deficiência especificamente, mas sim, no geral.

**QUADRO 3- Por quanto tempo trabalha/ trabalhou como auxiliar?**

<b>P1</b>	2 anos.
<b>P2</b>	1 ano.
<b>P3</b>	2 anos.
<b>P4</b>	1 ano ( 4 meses na escola privada e 8 meses na pública).
<b>P5</b>	1 ano e meio.
<b>P6</b>	1 ano.
<b>P7</b>	1 ano.
<b>P8</b>	6 meses.

Fonte: Quadro elabora através dos questionários.

O tempo traz uma experiência bastante significativa, mesmo que ele seja pouco, mas nos dá uma grande base de como funciona aquilo que nunca se viveu, podendo, por muitas vezes, mudar nossa visão, refletindo sobre a experiência, compreendendo como aquilo está posto e garantindo a transformação da realidade do aluno e a própria realidade. Considero que esses acadêmicos que trabalharam por anos ou meses com o aluno incluso, aprenderam bastante, tanto quanto o mesmo, mudando a forma de pensar e de agir diante das situações que passaram.

**QUADRO 4- Qual diagnóstico do(s) aluno(s)? (Não precisa descrever detalhadamente).**

<b>P1</b>	Autismo.
<b>P2</b>	Síndrome de Down.
<b>P3</b>	Dois alunos com Paralisia Cerebral, um autista e um com deficiência física.
<b>P4</b>	Síndrome de Down e Autismo.
<b>P5</b>	Um com autismo e um com deficiência intelectual (não tinha laudo).
<b>P6</b>	Autismo severo.
<b>P7</b>	Deficiência intelectual.
<b>P8</b>	Paralisia Cerebral Espástica.

Fonte: Quadro elabora através dos questionários.

Com as respostas dos questionários, é perceptível que a maioria dos alunos inclusos são diagnosticados com autismo, onde o mesmo tem dificuldade de socialização, mas com a inclusão, é possível que o aluno consiga melhorar a relação com outros e também começar aguçar sua curiosidade em atividades realizadas pelo professor e auxiliar, mas para que isso aconteça, é necessário que ocorra um estímulo gerado pelos professores (regente e auxiliar), não somente com alunos com autismo, mas com todos os outros com NEE, que precisam constantemente de incentivos para que se interessem pelo ensino-aprendizagem.

**QUADRO 5- A instituição em que trabalhou/trabalha é pública ou privada?**

<b>P1</b>	Privada.
<b>P2</b>	Privada.
<b>P3</b>	Pública.
<b>P4</b>	Privada e pública.
<b>P5</b>	Pública.
<b>P6</b>	Privada.
<b>P7</b>	Pública.
<b>P8</b>	Pública.

Fonte: Quadro elabora através dos questionários.

A escola, independente de ser pública ou privada, tem como obrigação em atender alunos com deficiências, e para isso, é preciso que a estrutura seja adaptada, que o currículo seja pensando também nesse aluno, pois, uma escola que não obtém recurso, que não está preparada fisicamente e reflexivamente para receber o aluno com NEE, não conseguirá fazer a inclusão efetivamente do mesmo.

**QUADRO 6- Como foi a receptividade com o aluno (a) ?**

<b>P1</b>	Foi boa, já conhecia os dois alunos, pois quando entrei na escola, trabalhei na turma deles.
<b>P2</b>	No começo não aceitou, logo foi se adaptando.
<b>P3</b>	Difícil, foi tempo até se adaptar, chorava na maioria das vezes, mas acabou dando certo.
<b>P4</b>	Foi bem tranquila.
<b>P5</b>	No início estranharam, mas no decorrer se adaptaram.
<b>P6</b>	No começo foi difícil, mas com o tempo o aluno se acostumou e as coisas melhoraram.
<b>P7</b>	Foi boa.
<b>P8</b>	Foi um pouco complicado, mas aos poucos fomos nos conhecendo e convivendo melhor.

Fonte: Quadro elabora através dos questionários.

A insegurança do primeiro contato, tanto do aluno quanto do auxiliar sempre acontecerá, pois o medo de ambos não se adaptarem é grande, o medo de não conseguir realizar atividades, o mesmo da confiança não acontecer e de não conseguir se aproximar é muito grande, portanto, é necessário que a recepção do aluno seja agradável, que transpasse uma convicção para que ele se sinta confortável e tenha um bom entrosamento com a turma, professora e os demais.



**QUADRO 7- Como é ou era a convivência com o aluno incluído?**

<b>P1</b>	Do primeiro aluno que acompanhei a convivência, tanto comigo quanto com os colegas era bem complicada devido as suas crises frequentes. Quanto ao segundo aluno, as crises são menores, mas ainda não é possível dizer que a convivência é boa.
<b>P2</b>	Por ser uma turma do infantil IV, crianças de 3 a 4 anos, a convivência tornou-se algo normal, sem preconceitos.
<b>P3</b>	No início foi difícil, mas com o passar do tempo deu tudo certo.
<b>P4</b>	Era uma convivência amigável, com muito aprendizado.
<b>P5</b>	Hora boa hora ruim, pois a cada dia ele demonstrava um comportamento diferente.
<b>P6</b>	Depois que se acostumou com a rotina, a convivência melhorou.
<b>P7</b>	No começo era mais fácil, depois não muito, porque não queria aprender e se aproveitava da situação.
<b>P8</b>	Com os colegas a convivência era bom, mas comigo no início foi complicado, mas aos poucos conquistei a confiança e tudo deu certo.

Fonte: Quadro elabora através dos questionários.

Como dito no comentário da questão anterior, a recepção agradável do aluno é fundamental, pois é o primeiro ponto de partida para que ele entenda que se pode confiar nos profissionais responsáveis por ele, fazendo com que a convivência e o aprendizado no decorrer desse processo se torne algo positivo para ambos.

**QUADRO 8- Em sua opinião, o aluno era incluído ou excluído na sala de aula?  
Como se sucede a socialização do mesmo?**

<b>P1</b>	Como auxiliar faço o possível para que a inclusão aconteça, mas quando iniciei meu trabalho a realidade era outra.
<b>P2</b>	Era incluído, as crianças sempre queriam ele nas brincadeiras e nas atividades.
<b>P3</b>	Excluído, ninguém brincava e nem conversava, pois a mentalidade era diferente dos demais.
<b>P4</b>	Era excluído, pois a socialização com os demais colegas era difícil e a professora regente não dava muita importância.
<b>P5</b>	Em um dos casos ele acaba sendo excluído, pois nem dentro da sala de aula ele ficava, permanecia em outra sala junto com os alunos que faziam reforço. E quando havia festas e reunião, a diretora não gostava que ele estivesse no meio dos outros por ele agredir, sempre me pedia para tirar ele daquele espaço.
<b>P6</b>	Como era Educação Infantil, as demais crianças não socializavam muito, mas com o tempo passaram a ajudar a cuidar.
<b>P7</b>	Os alunos socializam, o incluem, mas a professora acha que ele é somente da auxiliar.
<b>P8</b>	Excluído. Vivia para fora da sala fazendo outras coisas, e quando estava na sala, a professora ignorava sua presença.

Fonte: Quadro elabora através dos questionários.

A formação adequada para atender o aluno com NEE é imprescindível, porém, já que as contratações acontecem, muitas vezes, com acadêmicos, sendo

eles ingressados nos primeiros e segundos anos da faculdade, é necessário que o mesmo procure fazer uma reflexão diante da sua prática para com o aluno incluso, garantindo seu aprendizado, mesmo que a instituição não se importe com a formação desse profissional, ele precisa ir em busca de estratégias para trabalhar com o aluno, pois a partir do momento que se aceita a trabalhar com o indivíduo, é de grande responsabilidade que o auxiliar de inclusão garanta o avanço dessa criança com NEE.

**QUADRO 9- Como os instituídos (alunos, professores, equipe gestora) se portavam diante da dificuldade do aluno (a)?**

<b>P1</b>	Sempre houve muito suporte por parte da equipe gestora, as crianças após uma breve explicação sobre as diferenças começaram a compreender melhor o colega.
<b>P2</b>	Não faziam muito por ele, pois queriam que esse aluno fosse o mais normal possível.
<b>P3</b>	Não davam muita atenção, eu era como “mãe”. Somente quando a AP aparecia na escola.
<b>P4</b>	Não se importavam com o aluno, não tinham esperança de que o aluno aprendesse como os demais.
<b>P5</b>	Não apresentavam nenhuma preocupação.
<b>P6</b>	Todos eram muito cuidados e atentos para com ele.
<b>P7</b>	Pedagoga era mais prestativa, a professora regente não muito.
<b>P8</b>	Não se importavam.

Fonte: Quadro elabora através dos questionários.

A importância do trabalho coletivo no contexto escolar é fundamental, pois as tomadas de decisões, as discussões e os planejamentos coletivos se tornam mais significantes, tendo uma contribuição maior nessas atividades. Nesse sentido, o auxílio da equipe escolar não é diferente, é preciso que os educadores colaborem e contribuam com a aprendizagem do aluno, dando suporte para que esse profissional trabalhe com mais segurança.

#### **QUADRO 10- Quais foram as principais dificuldades vivenciadas?**

<b>P1</b>	Preconceito por parte dos pais dos alunos (colegas de turma) e falta de formação para atuar como auxiliar de inclusão.
<b>P2</b>	Quando ele não podia extravasar, ficava nervoso com a rotina e queria fugir. Era difícil acalmar.
<b>P3</b>	Compreender a doença e adaptar as atividades devido não ter conhecimento e ter que buscar tudo sozinha.
<b>P4</b>	Falta de apoio por parte da professora, equipe de gestão e falta de aperfeiçoamento (cursos, especializações, etc.).
<b>P5</b>	Por não ter formação, uma das maiores dificuldades era não saber trabalhar com o aluno e não receber nenhum auxílio dos profissionais da escola.
<b>P6</b>	A principal dificuldade foi a falta de conhecimento e experiência para trabalhar com ele.
<b>P7</b>	O aluno não querer aprender, escrever.
<b>P8</b>	Falta de formação, uma parte da estrutura da escola que não era bem adaptada para passagem de cadeirante. Também, sempre tendo que buscar atividades por conta própria, pois a professora não ajudava.

Fonte: Quadro elabora através dos questionários.

As dificuldades encontradas pelos pesquisados são bastantes visíveis de fato nas escolas, principalmente a fraca estrutura física e o apoio da equipe escolar que se tornam os maiores desafios, entretanto, sem nenhuma dessas condições, a realização de atividades ficam ainda mais complicadas, até porque o auxiliar não tendo esse apoio, se sentirá sozinho e um pouco incoerente, e mesmo que as buscas sejam significativas, que ele saiba realizar técnicas sem esse apoio, o aprendizado fica um pouco comprometido.

**QUADRO 11- A escola tinha uma estrutura adequada para receber o aluno com necessidades educacionais especiais?**

<b>P1</b>	Sim.
<b>P2</b>	Não, a escola não era adequada.
<b>P3</b>	Sim, tinha adaptações e recursos.
<b>P4</b>	Sim.
<b>P5</b>	Uma das instituições era adaptada, a outra não.
<b>P6</b>	Não tinha.
<b>P7</b>	Não.
<b>P8</b>	Não.

Fonte: Quadro elabora através dos questionários.

Quanto às nossas escolas, de fato, elas não estão mesmo preparadas para recebê-los. Mas se ficarmos esperando que ela se prepare efetivamente, esta inclusão demorará ainda mais para acontecer. Entretanto, as escolas precisam

começar a refletir com relação a isso, aceitando o aluno, entendendo suas particularidades e dando o maior apoio para seu aprendizado.

**QUADRO 12- Você como auxiliar de inclusão, teve/tem alguma formação específica? A instituição fornece?**

<b>P1</b>	Não, esse ano irei participar de uma formação.
<b>P2</b>	Não houve formação e não foi ofertado pela instituição.
<b>P3</b>	Não, fazia formação junto com os professores em 2018. Já em 2017 teve duas formações da SME para os auxiliares. Já em 2018 não teve.
<b>P4</b>	Pela prefeitura tive apenas um curso básico de uma tarde.
<b>P5</b>	Não tive nenhuma formação específica, foram raras as vezes que o município ofertou formação e quando oferecia o responsável por avisar a escola não avisava.
<b>P6</b>	Não, tudo que sei hoje é por experiência adquirida durante o ano, com pesquisas próprias.
<b>P7</b>	Não.
<b>P8</b>	Não, e quando teve, a diretora disse que se esqueceu de avisar. Porém sempre busquei informações por conta própria.

Fonte: Quadro elabora através dos questionários.

A falta de formação para o auxiliar de inclusão desafia o mesmo a ir procurar esquemas para trabalhar com o aluno, necessitando de uma reflexão maior, de uma

preparação maior para dar ao seu aluno um conhecimento significativo e de qualidade.

**QUADRO 13- A equipe gestora e o professor regente auxiliam no ensino-aprendizagem do aluno incluído?**

<b>P1</b>	Sim.
<b>P2</b>	Apenas a professora da turma auxiliava na aprendizagem, levava atividades diferentes.
<b>P3</b>	Somente a professora me ajudou, equipe pedagógica não se importava muito.
<b>P4</b>	Não.
<b>P5</b>	Não auxiliavam em nada.
<b>P6</b>	Na escola em que estava sim.
<b>P7</b>	Não.
<b>P8</b>	Não.

Fonte: Quadro elabora através dos questionários.

Como foi mencionado anteriormente, a falta de apoio passa uma insegurança e uma incerteza, sem saber se está realizando atividades de acordo com o que a equipe pedagógica esperava, principalmente para os auxiliares que estão no início do curso, mas deve lembrar que isso não deve ser pensado como um impasse para trabalhar com o aluno, e sim como uma experiência positiva, pela capacidade de enfrentar e superar os obstáculos vivenciados.

**QUADRO 14- Na sua graduação, a instituição disponibiliza alguma disciplina específica para trabalhar com o aluno com necessidades educacionais especiais? Qual?**

<b>P1</b>	Sim, no 4º Ano do curso, uma disciplina optativa, Educação Inclusiva.
<b>P2</b>	Há uma matéria que fala sobre inclusão, porém não ensina como trabalhar.
<b>P3</b>	Somente no 4º Ano, Educação Inclusiva.
<b>P4</b>	Sim, Educação Inclusiva.
<b>P5</b>	Sim, Educação Inclusiva.
<b>P6</b>	Temos Educação Inclusiva no 4º Ano, entretanto por ser mais teórica algumas coisas ficam vagas e insuficientes.
<b>P7</b>	Sim, Educação Inclusiva.
<b>P8</b>	Sim, Educação Inclusiva.

Fonte: Quadro elabora através dos questionários.

Seria bom se a instituição de ensino superior, precisamente o curso de Pedagogia, refletisse sobre a importância da inserção dessa disciplina desde o início do curso, já que acadêmicos são contratados para trabalhar com inclusão desde o primeiro ano do curso.



**QUADRO 15- Você tem alguma sugestão para melhorar o trabalho do auxiliar de inclusão? Qual?**

<b>P1</b>	Que a disciplina de Educação Inclusiva seja obrigatória e aconteça no 2º Ano do curso e que para atuar como auxiliar de inclusão seja necessária formação na área.
<b>P2</b>	Que sejam disponibilizados mais formações com foco de inclusão escolar.
<b>P3</b>	Formações específicas para cada caso; importância da escola em ajudar no desenvolvimento; articulações com todos os profissionais que auxiliam o aluno dentro e fora da escola; trabalhar com a família.
<b>P4</b>	Sim, o apoio de todos os profissionais e formação adequada para os auxiliares de inclusão.
<b>P5</b>	Acredito que dar mais suporte para o auxiliar, desde formações até o auxílio/ acompanhamento da equipe pedagógica da escola.
<b>P6</b>	A sugestão é de melhorar a formação inicial dos futuros profissionais da educação que irão trabalhar com essas crianças.
<b>P7</b>	Aulas práticas e cursos de formação.
<b>P8</b>	Que a disciplina sobre inclusão fosse inserida desde o início do curso (2º ano digamos), já que muitos começam a trabalhar como auxiliar de inclusão. E também, que a escola disponibilizasse formação com eficiência, junto, que o auxiliar pudesse contar de fato com o apoio da equipe escolar.

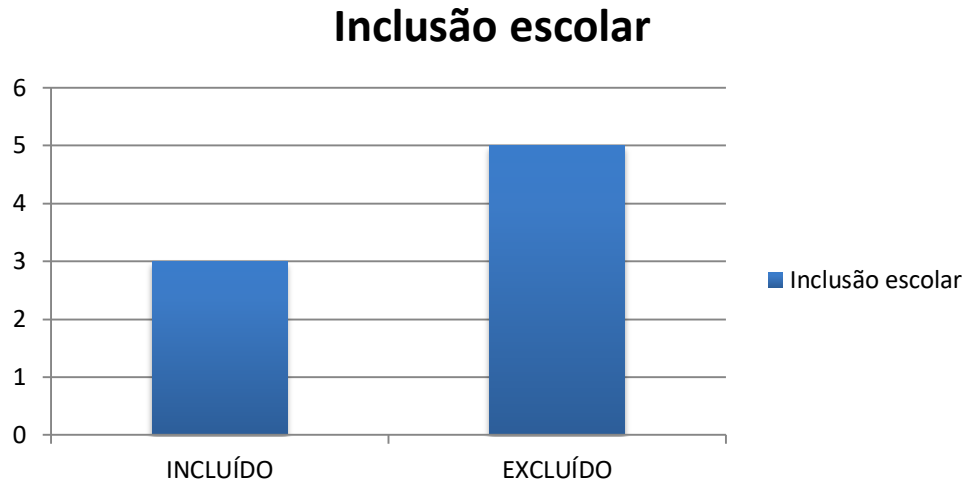
Fonte: Quadro elabora através dos questionários.

Essas sugestões nos trazem um pouco do que os acadêmicos, ou melhor, auxiliares de inclusão necessitam, até porque os desafios encontrados pelos mesmos são bastante semelhantes, portanto, é importante que com essas sugestões, realizem algumas mudanças para a melhoria da aprendizagem também dos acadêmicos, não apenas dos alunos das escolas de ensinos regulares, porque a aprendizagem desses está dependendo dos futuros professores. Por fim, é preciso que eles também tenham um aprendizado de qualidade no ensino superior e na formação que a escola fornece.

### 3.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Através deste questionário e diante das respostas claras, percebemos que o auxiliar de inclusão encontra várias barreiras para conseguir trabalhar com seu aluno no ensino regular. Mesmo que essa luta pela inclusão tenha obtido avanço, é preciso fazer uma reflexão de como isto está sucedendo atualmente, para que ocorra melhoria e que os alunos que estão “inclusos” não se sintam frustrados, porque é um direito deles de estarem nesse espaço, portanto, é de grande responsabilidade que o município, a equipe escolar e a comunidade pensem nesse aluno e transforme sua realidade, começando desde a estrutura da escola até, e principalmente, o modo de tratá-lo.

**Gráfico 4:** Dados apresentando se alunos com deficiências são incluídos ou excluídos no ensino regular na cidade de Ponta Grossa, entre o ano de 2017 à 2019.



Fonte:

Gráfico organizado pela autora no ano de 2019.

Neste gráfico vemos que os alunos com NEE continuam sendo excluídos das salas de aulas, pois professores o rejeitam, fazendo com que eles façam atividades em salas diferenciadas, sem poder estar próximo dos colegas, e conseqüentemente, esse tipo de atitude faz com que a autoestima do aluno fique baixa, desestimulando-o a ponto de não querer continuar na escola, pois é essencial que ocorra motivação, até porque ele já passa por algumas dificuldades por causa da deficiência, então é preciso trabalhar com esses estímulos, aguçar a vontade, a curiosidade, para que ele compreenda que a escola é um lugar agradável de permanecer.

Também, através da maioria das respostas da questão 8 do questionário, é visto que a equipe escolar não apoia o auxiliar de inclusão e muito menos se importa com o aluno incluso, algo que é impactante, pois, acredito que os pais desses alunos pensam que eles estão seguros, que os profissionais estão cuidando, apoiando, sendo que nada disso acontece.

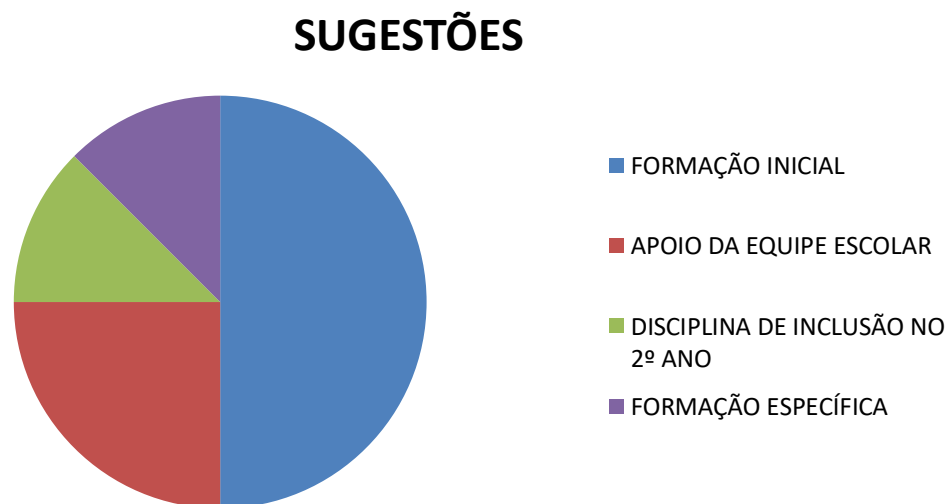
Uma escola bem estruturada para receber um aluno com deficiência auxiliaria muito na vivência dele dentro da instituição, em razão de que uma escola mal estruturada dificultaria na locomoção, na vivência e subsistência desse aluno, dificultando também o trabalho com ele.

Nota-se que a falta de formação adequada é uma das maiores dificuldades, pois o auxiliar chega sem saber por onde começar, apenas tendo um breve

diagnóstico do aluno, com ou sem laudo. Portanto, muitos deles precisam buscar por conta própria a formação, pesquisando, se informando, para que possa trazer atividades apropriadas para o aluno, para que ele possa executá-las e a obter resultados positivos nessa aprendizagem.

O profissional prático reflexivo consegue superar a rotinização de suas ações refletindo sobre as mesmas antes, durante e após executá-las. Ao se deparar com situações de incertezas, contextualizadas e únicas, esse profissional recorre à investigação como forma de decidir e intervir. (Costa e Rocha, 2013, p.3):

**GRÁFICO 5:** Sugestões trazidas por acadêmicos do curso de Pedagogia da cidade de Ponta Grossa.



Fonte: Gráfico organizado pela autora no ano de 2019.

No gráfico anterior estão as sugestões dos auxiliares de inclusão, para que possa ser feita uma melhoria nos cursos e nas instituições onde trabalham ou trabalharam, a fim de que com essa melhoria, a aprendizagem do aluno incluso seja satisfatória, e que o mesmo possa ter garantia da qualidade de sua educação.

Refletindo sobre as situações acontecidas e relatadas por meio dos questionários, vemos que é preciso ter um olhar mais humano diante da prática educativa, se colocando no lugar do outro, para que tudo isso que vêm ocorrendo,

tenham providencias tomadas e que essas atitudes não se repitam mais, até porque estão trabalhando com pessoas, sujeitos com sentimentos e que suas peculiaridades precisam ser respeitadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O enfrentamento para o acesso dos alunos com deficiência no ensino regular direciona num conceito de educação para todos, com relação ao contexto educativo. Considerando que no atual momento, a inclusão se caracteriza ainda como um projeto que está em andamento, porque as legislações não garantem que a prática pedagógica seja eficaz.

Na maioria das vezes, o termo inclusão não faz jus ao mesmo, por questão de que as práticas educativas se tornam excludentes, mesmo tendo a oportunidade de diminuir a desigualdade, esquecem que os alunos com deficiência tem o direito de frequentar classes comuns, de interagir e produzir conhecimentos. Cabe ao professor fazer com que esse aluno desenvolva esses direitos nas práticas, não apenas impondo a maneira de educar, mas oferecendo ao aluno uma educação prazerosa.

Para que os docentes possam trabalhar com a educação inclusiva, é preciso que ocorram algumas mudanças, como a estrutura e as práticas pedagógicas, superando os obstáculos e dando oportunidades de vivências para com o aluno, portanto, para que isso aconteça, é fundamental que o professor busque sempre se atualizar, ocorrendo a mediação desse trabalho, irá tentar garantir a qualidade de vida do aluno, transformando-a, dando significado para sua existência.

É indispensável que ocorra a integração sócio-afetiva para que a inclusão seja plena no âmbito escolar, e que a escola tenha um currículo estruturado para receber um aluno com NEE, se adequando às características dele, buscando objetivos comuns e lembrando que a escola é heterogênea, sendo assim, é preciso criar um ambiente que possa identificar, observar e fazer discussões sobre a educação inclusiva, atendendo todos os alunos com qualidade, respeitando a particularidade de cada um.

Também, para a melhoria da educação do aluno, o apoio e o diálogo com os pais é fundamental, trazendo a realidade do mesmo para dentro da escola, buscando conhece-lo melhor, para poder trabalhar e para que ele tenha confiança no profissional.

O auxiliar de inclusão terá que continuar lutando para que ocorram formações, e que as escolas reflitam sobre a mesma, ofertando formação continuada de qualidade para este auxiliar, pois a educação do aluno com NEE

dependerá da prática pedagógica e reflexiva desse profissional, considerando também o auxílio da equipe escolar.

Por fim, concluímos que a educação inclusiva necessita que o sistema ainda faça transformações, privilegiando as ações de ampliação, fornecer formação para os auxiliares/ professores, adaptar planejamento e trabalhar o coletivo para que aconteça a efetivação da educação inclusiva, construindo um olhar humano, ter empatia, ser reflexivo e agir com uma intenção positiva diante da prática educativa.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, D.O. **Sala de recursos multifuncionais**: espaços para atendimento educacional especializado. Brasília: MEC/SEESP, 2006.
- BARTALOTTI, C. C. **Inclusão social das pessoas com deficiência: utopia ou possibilidade?** São Paulo: Paulus, 2006.
- Booth. Y. Ainscow. M. **Index for Inclusion**. Bristol, 2002. CSIE.
- BRASIL. **Estatuto da criança e do Adolescente no Brasil**. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990.
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.
- BRASIL. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. p. 4.
- BRASIL. **Resolução nº 02/2001**. Brasília: Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEEd). **Censo escolar da educação básica 2016**. Brasília, DF: MEC/INEP, 2017.
- COSTA, A. F. R.; ROCHA V. **A formação e os desafios da prática reflexiva**. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducação/article/download/4379/5467> de MR Peres- 2013>. Acesso em: 29 de Outubro de 2019.
- DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.
- DINIZ, M. Inclusão de pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas: **avanços e desafios**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. p. 102.



FÁVERO, E. A. G. **Atendimento Educacional Especializado: Aspectos Legais e Orientações Pedagógicas/** Eugênia Augusta Gonzaga Fávero, Maria Teresa Eglér Mantoan, Luísa de Marillac P. Pantoja. - São Paulo: MEC/SEESP, 2007. p. 45-46.

FIGUEIREDO, R. V. Políticas de inclusão: escola-gestão da aprendizagem na diversidade. In: ROSA de E. G.; SOUZA, V. C. (org.) **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

LIBÂNEO, J. C. **Adeus Professor, Adeus Professora? Novas exigências educacionais e profissão docente**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, M, T. E.; PIETRO, R. G. **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Ed. Summus, 2006. 103p.

MANTOAN, M. T. E. et al. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon/SENAC, 1997. 235 p.

MIELZYNSKA, Jadwiga. A construção e a aplicação de questionários na pesquisa em Ciências Sociais. **Revista do Programa de estudos pós-graduados PUCSP**. São Paulo, v. 6, p.1-21, 1º sem.1998.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete Declaração de Salamanca. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/declaracao-de-salamanca/>>. Acesso em: 15 de nov. 2018.

MRECH, Leny Magalhães. **O que é educação inclusiva? Integração**. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Especial, ano 6, n. 20, 1998 p. 37-39.

PLETSCH, M. D. **A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas**. Educar em Revista, núm. 33, 2009. p.143-156.

RODRIGUES, Sonia Maria. Educação inclusiva e formação docente, 2012. **Diversa: educação inclusiva na prática**.

ROGALSKI, Solange Menin. HISTÓRICO DO SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Rei: REVISTA DE EDUCAÇÃO DO IDEAU**, Alto Uruguai, v. 5, n. 12. jul./dez. 2010.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 5ªed. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. **Pessoa portadora de deficiência: integrar é o primeiro passo.** Paraná: Imprensa Oficial. p. 09-10.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** [Adotada pela Conferencia Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais]. Acesso e Qualidade, realizada em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994. Genebra, UNESCO 1994.

UNESCO. Jontiem/Tailândia, 1990.

## APÊNDICE

## APÊNDICE A- Questionário

**Eu, Nayara Aparecida Rosa, acadêmica do 4º Ano do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa, venho por meio de questionário, fazer uma pesquisa científica para a elaboração do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), com o tema “Auxiliar de inclusão e seus desafios no âmbito escolar”, para APENAS análise de dados qualitativos, sem divulgação de nome dos pesquisados.**

### QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

**1) Você teve alguma inspiração ou motivo que levou a escolher o curso de Pedagogia?**

---

---

---

---

**2) Em qual período do curso começou a trabalhar como auxiliar de inclusão?**

---

---

---

---

**3) Por quanto tempo trabalha/trabalhou como auxiliar?**

---

---

---

---

**4) Qual o diagnóstico do(s) aluno(s)? (Não precisa descrever detalhadamente)**

---

---

---

---

**5) A instituição é pública ou privada?**

---

---

---

**6) Como foi a receptividade com o aluno (a)?**

---

---

---

**7) Como é/era a convivência com o aluno incluído?**

---

---

---

**8) Em sua opinião, o aluno era incluído ou excluído na sala de aula? Como se sucede a socialização do mesmo?**

---

---

---

**9) Como os instituídos (alunos, professores, equipe gestora) se portavam diante da dificuldade do aluno (a)?**

---

---

---

**10) Quais foram as principais dificuldades vivenciadas?**

---

---

---

**11) A escola tinha uma estrutura e recursos adequados para receber o aluno o aluno com necessidades educacionais especiais?**

---

---

---

**12) Você como auxiliar de inclusão, teve ou tem alguma formação específica? A instituição fornece?**

---

---

---

**13) A equipe gestora e o professor regente auxiliam no ensino-aprendizado do aluno incluído?**

---

---

---

**14) Na sua graduação, a instituição disponibiliza alguma disciplina específica para trabalhar com aluno com necessidades educacionais especiais? Qual?**

---

---

---

**15) Você tem alguma sugestão para melhorar o trabalho do auxiliar de inclusão? Qual?**

---

---

---

---